

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.107, DE 17 DE MARÇO DE 2022

Institui o Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores - SIM Digital e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, para estabelecer medidas de estímulo ao empreendedorismo popular e à formalização dos pequenos negócios

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 6º-B da Lei nº 8036, de 1990, introduzido pelo art. 14 da MPV 1.107/2022, a seguinte redação:

Art. 14.

"Art. 6º-B Caberá ao Conselho Curador regulamentar, acompanhar a execução e estabelecer as metas a serem alcançadas nas operações de microcrédito, além de subsidiar o Ministério do Trabalho e Previdência com estudos técnicos necessários ao seu aprimoramento operacional."
(NR)

JUSTIFICAÇÃO

O novo art. 6º-B da Lei 8.036/1990 proposto pela MPV 1.107 atribui ao Ministério do Trabalho e Previdência competência para regulamentar, acompanhar a execução e **estabelecer as metas a serem alcançadas nas operações de microcrédito**, reduzindo o papel do Conselho Curador a subsidiar com estudos técnicos necessários ao aprimoramento operacional nas operações de microcrédito

Trata-se de competência que deve permanecer no âmbito do Conselho Curador do FGTS, ao qual cabe zelar pelo Fundo. A competência atribuída ao Ministério esvazia o CCFGTS, posto que lhe caberá estabelecer as metas a serem alcançadas, de que decorrerá o aporte de recursos do FGTS para essa política.

Assim, a presente emenda visa alterar a redação do dispositivo para reservar a competência do Conselho Curador do FGTS.

Sala das Sessões, 22 de março de 2022.

Deputado **REGINALDO LOPES - PT-MG**

Líder do PT

